



be cool

cancela?



RevistaBecool



@becoolmagazine

ENSAIOS

14 **solta**
Maria Kn por Mandy Wu

34 **ultramarina**
Kasia Kmiatek por Helena Bromboszcz

MATÉRIAS

26 **abstinência**
Por que a política do governo contra a gravidez na adolescência vai falhar

30 **cancelado?**
O coronavírus assusta, mas o Carnaval ainda não está sob ameaça

SEÇÕES E COLUNAS

5 **mulheres que amamos**
Patrícia Campos Mello

6 **observatório do hospício**

8 **faz sentido?**

9 **crônica**

10 **entrevista**
Carlos Augusto Silva dos Santos

40 **sexo**



BLOCO 'QUEM DEU,
DEU, QUEM
NÃO DEU, NÃO
DAMARES'



Bad Girl

CARTA DO EDITOR

“A GENTE TÁ CRIANDO um monstro atrás do outro” é a frase que ouvi da Mônica cinco segundos antes de começar a escrever esse texto (e soltar essa frase no Twitter). A gente tava discutindo o fenômeno do Mastodon momentos depois dela me enviar a coluna desta edição em que fala sobre cancelamentos. Imediatamente, a turma nativa da rede tentou cancelar os novatos, que foram cancelados também no Twitter. Ainda não sobrou pra amigos meus, mas nunca se sabe.

Aqui na BECOOL o esforço sempre foi no sentido de quebrar certos tabus e fazer uma revista mais bem humorada, um desafio imenso num país onde todos odeiam todos por motivos cada vez mais fúteis. Apenas parem e respirem. E contemplem o esforço de quem procura alguma coisa fora do ciclo de notícias do Bolsonaro a fim de que não percamos o que restou de nossa humanidade.

Este mês, conseguimos falar

pouco do Bolsonaro (mês passado a revista não saiu porque o computador ficou um tempo sem ligar e a revista passou por outra situação de quase morte). Um pouco sobre a política de abstinência do governo federal, um pouco sobre ficar em cima do muro. Tem um pouco de Trump contra Irã. E tem Carnaval, aquela coisa que todo mundo sabe que existe pra gente desopilar, ainda que com a ameaça do novo coronavírus.

Como sempre, dois ensaios. Maria Kn nua na natureza e Kasia Kmiotek coberta de glitter (referências?). Tem perfil da jornalista Patrícia Campos Mello, dicas pra fazer um 69, uma charge e as colunas de Mônica de Souza e Alberto Villas.

Se ninguém for cancelado antes disso, esta é a BECOOL 75. Boa leitura e sigam no Twitter (apesar de que muita gente tá largando a rede por certos motivos)

becool

Editor e curador: Gui Adn

Redação: Mônica de Souza

Fontes: El Hombre, The Nation, P Magazine, Sticks And Stones Agency, Rekt Magazine, CartaCapital, BBC Brasil e Agência Riff.

MAIS



REVISTAS

BECOOL é uma publicação da Mais Revistas

Contato apenas por e-mail: adngui@gmail.com

Patricia Campos Mello

REPÓRTER ESPECIAL E COLUNISTA da Folha, e comentarista das TVs BandNews e Band. Cobre relações internacionais, economia e direitos humanos há 18 anos. Já esteve em quase 50 países fazendo reportagens. É formada em Jornalismo pela Universidade de São Paulo e tem mestrado em Business and Economic Reporting pela Universidade de Nova York, onde recebeu bolsa de estudos da universidade.

Nos últimos três anos, esteve algumas vezes na Síria, Iraque, Líbia, Turquia e Quênia fazendo reportagens sobre refugiados e co-idealizou o projeto "Mundo de Muros", que retrata a crise das migrações em quatro continentes. No final do ano, publicou pela editora Companhia das Letras o livro "Lua de Mel em Kobane", em que conta a história da guerra contra o Estado Islâmico na Síria através do olhar de um casal de refugiados que conheceu na Síria.

Foi a única repórter brasileira a cobrir a epidemia de ebola em Serra Leoa em 2014 e 2015.

Foi correspondente em Washington do jornal Estado de S. Paulo de 2006 a 2010. Fez coberturas sobre a crise econômica nos EUA, cobriu as eleições de 2008, 2012 e 2016; a guerra do Afeganistão em 2009, "embedded" com as tropas americanas, entrevistou o presidente George W Bush na Casa Branca. Cobriu também os atentados de 11 de Setembro em Nova York, em 2001. Já fez reportagens sobre estupro e barriga de aluguel na Índia, erradicação da fome e perseguição a albinos na Tanzânia, mineração e impactos sobre as comunidades em Moçambique, zika e microcefalia no interior de Pernambuco, julgamento de acusados de terrorismo em Guantánamo, entre outras.

Foi repórter do Valor Econômico e Gazeta Mercantil, pelo qual foi correspondente na Alemanha, em 1999. É autora de "Índia - Da miséria à potência" pela Editora Planeta. Foi vencedora do Prêmio Rei da Espanha de jornalismo internacional, Prêmio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha para jornalismo humanitário, Prêmio Folha e Prêmio Estado. Fala fluentemente inglês, alemão e espanhol. É mãe de Manuel, de 5 anos.



manual para se fazer um muro

Adeptos da indiferença adotam posturas que relembram muros que deixaram estragos na história

POR ÉLDER XIMENES FILHO

GRAMSCI, REVOLUCIONÁRIO e filósofo – preso político no regime fascista de Roma, desprezava indiferentes: viver “quer dizer tomar partido. Quem verdadeiramente vive, não deixa de ser cidadão e partidário. A indiferença e a abulia são parasitismo, são covardia... o peso morto da história”. Jesus, revolucionário e rabino – preso político no regime imperial de Roma, idem: “Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente... porque és morno, vomitar-te-ei da minha boca”. Hilberg, historiador do holocausto: “A neutralidade equivale a nada, além de ajudar o lado mais forte numa luta desigual”.

Ilustremos com uma metáfora subindo o monstruoso muro da indiferença: fundação está para a covardia, os pilares correspondem à hipocrisia e os tijolos são as omissões. Na pintura usava-se o ingênuo autoengano – desde Freud está em falta! Agora, tinta é a cor cidadão-de-bem. Alta bunda assentada, comenta disputas, preocupado pouco com regras e nada com resultados. Arquitetural habitat do discurso para baixo: “eu entendo sua revolta”, “conte comigo”.

O muro necessita de argumentos e posturas. Forçar equilíbrio em situações assimétricas, uma trapaça! Igualar empregado e patrão, uma maldade. Defender displicência bélico-policial na favela (bala perdida não acha rico), uma covardia. Defender extrema-direita neofascista aqui e agora apontando o dedo para Stálin, um embuste. Nivelar lugar de fala do opressor (goza no conflito) e do oprimido (defende-se quando pode), uma corrupção. Vlogs, palestras e sentenças cegam multidões

ébricas de fake news incapacitantes. Fatalismo contra a revolta; masturbação mental, nunca soluções.

Um código de condutas para os adeptos do muro. Manipule o medo de algo (real ou fictício) e aponte um inimigo. Opõe-se ao paradigma neoliberal, indígena, afro ou imigrante? Já têm alvo nas costas. Complexificou ou faz parte do fluxo migratório? Linchem esses tais ladrões de empregos. O antissemitismo europeu constitui as culturas. Aqui, o racismo contra negros e qualquer ódio latente serve. Totalitarismos precisam da adesão emocionada das massas. A direção é da elite, não é mesmo?

Chame oposição de esquerdista e corrupta – sem tratar de qualquer conceito. Faça discurso moralista, de retorno ao passado mítico reescrito conforme seus interesses. Seja paladino contra a corrupção dos outros (a própria, não vem ao caso). Anele o militarismo dum mundo uniforme (e violento sob comando). Incentive grupos paramilitares a intimidar adversários com práticas terroristas. Pratique baixaria verbal, pois perderia num debate.

No passado, muitos muros inspiram. Veja a lógica dos indiferentes na ascensão do nazismo. Ruth Weiss lembra: após as piores opiniões serem toleradas por governos e formadores de opinião, passou-se às atitudes criminosas. Após as vitórias do partido de extrema-direita AfD, disse: “Nos anos 80 e 90, isso simplesmente não estava em questão... é muito perigoso, não só para os judeus... eu tinha uma resposta muito simples: a Alemanha de hoje não

é a de 1930... Hoje, só posso dizer que 2019 não está muito longe de 1930”.

Aplica-se à Itália, à Alemanha e à Espanha no início do Século XX. Mutatis (pouco) mutandis, ao Brasil d’agora. Projeta-se a sombra sebosa do passado. Parte da indústria da morte era formada, inclusive, pelos que morreriam. Hoje: negros contra políticas de cotas, LGBTs negando homofobia e mulheres antifeministas.

Voltando à Alemanha, diretrizes da SS para o Conselho Judeu de Teresienstadt, que preparava as listas: números, sexos, profissões e idades. Mais: distribuíam as estrelas de identificação, ensinavam orações resignadas e criaram milícias policiais nos guetos, evitando revoltas. Salvaram a si próprios e aos membros da elite. Eichmann trasladava-os para Auschwitz. Confrontados depois, bodejaram: “O que podíamos fazer? Era melhor algum conforto do que o caos...”.

Vale dizer, contudo, que tal resignação nem sempre colava: “durante a preocupação soviética da cidade de Feodosiya... 1941-42... colaboracionistas foram mortos a machadadas após responderem “por que toleraram que os alemães fuzilassem os judeus?”” (in A Destruição dos Judeus Europeus).

Ah, a tentação de evitar o confronto – e tomar a casa do vizinho morto! Silêncios eloquentes, úteis aos totalitários. Não denunciavam abusos, violência ou censura: querem “ouvir os dois lados”. Sofismas resistências. Ensinam a paz dos cemitérios. Abjetos por banalizarem o mal. História repetida. Não é possível “converter” (neo)fascista ou isentão. Não foram convencidos, mas foram derrotados. Serão de novo.



outra guerra do Iraque

As ações de Donald Trump no Irã mostram o quão pouco os políticos aprenderam sobre guerra

POR LAILA LALAMI

APESAR DAS LONGAS FILAS nos fins de semana, a porta de entrada no Blaine, Washington, é normalmente tranquila. Sua característica mais memorável é o Arco da Paz, um monumento que homenageia a amizade entre os Estados Unidos e o Canadá que se tornou um local popular para fotos do Instagram.

Este mês, no entanto, foi um local para detenção e interrogatório em massa de americanos-iranianos. Cerca de 200 viajantes que estavam retornando aos Estados Unidos foram detidos por agentes da Alfândega e Proteção de Fronteiras em Blaine que pediram detalhes sobre suas famílias no Irã, o serviço militar de seus pais e suas contas nas redes sociais. O incidente parece ser uma das primeiras consequências domésticas da decisão do governo Trump de assassinar o major-general Qassim Suleimani.

Uma solução diplomática para os 40 anos de conflito entre os dois países parecia possível em 2015, quando o governo Obama negociou o Plano de Ação Conjunto Global, diminuindo as sanções econômicas ao Irã em troca de limites significativos em seu programa nuclear. Mas quando Donald Trump desistiu do acordo em 2018, as tensões entre os dois países começaram a aumentar, culminando no ataque de drones dos EUA que matou Suleimani nos arredores do Aeroporto Internacional de Bagdá, no Iraque.

Qualquer pessoa que tenha vivido no início dos anos 2000 reconhecerá os primeiros sinais de um enorme desastre da política externa e, no mês passado, todos foram apresentados. O governo se atrapalhou repetidamente enquanto tentava justificar o assassinato. Trump

anunciou, em seu estilo bombástico habitual, que o general iraniano era o terrorista número 1 do mundo, responsável pela morte de centenas de americanos. O vice-presidente Mike Pence twittou que Suleimani organizou a viagem de "10 dos 12 terroristas" que realizaram os ataques no 11 de setembro. (De fato, havia 19 seqüestradores, todos jurando lealdade à Al Qaeda, uma organização terrorista sunita que vê xiitas tais quais Suleimani como hereges.) O secretário de Estado Mike Pompeo declarou que Suleimani estava planejando ataques "iminentes" contra os Estados Unidos, antes de redefinir a palavra para significasse algo que "ia acontecer".

Com poucas exceções, os republicanos imediatamente se uniram a Trump, repetindo suas alegações de que diplomatas e militares americanos estavam sob ameaça imediata e criticando quem expressasse ceticismo como se fossem traidores dos Estados Unidos. Isso seria ridículo se não fosse tão perigoso. Os deputados republicanos pareciam pensar que a guerra com o Irã seria um conflito breve e facilmente vencível, no qual bandidos indeterminados morrerão e todos os demais estarão seguros e continuarão pacificamente com suas vidas. Mas guerra não é algo simples e não se trava apenas no campo de batalha. Pode afetar civis próximos e distantes, incluindo centenas de milhões de pessoas que não tiveram voz nesse conflito.

Já ouvimos isso antes, em 2001 e 2003. Lembra-se da promessa de Dick Cheney de que as tropas americanas seriam recebidas como "libertadoras"? Lembra-se da previsão de Donald



Rumsfeld de que a guerra no Iraque duraria "cinco dias ou cinco semanas ou cinco meses"? No entanto, aqui estamos até hoje. As invasões desastrosas do Afeganistão e do Iraque ensinaram à classe política apenas uma coisa: que não há consequências legais, profissionais ou mesmo sociais para levar o país à guerra, por tortura e assassinatos extrajudiciais e detenção indefinida, por enviar tropas para morrer em milhares, por destruir outros países e matar, ferir ou deslocar milhões de civis. Hoje em dia, George W. Bush pinta cães e sai com Ellen DeGeneres e Michelle Obama. Rumsfeld lançou um aplicativo de jogos. Condoleezza Rice e John Yoo ocupam cargos de professores em universidades de prestígio. David Frum escreve matérias de capa para The Atlantic. Joe Biden está concorrendo à presidência. E a lista continua.

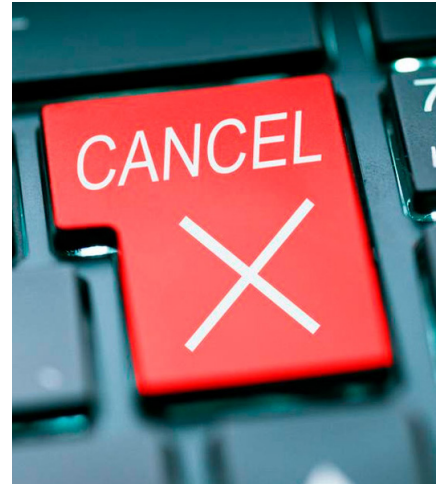
É importante ter em mente que Trump enfrentará uma eleição em menos de um ano e o regime iraniano está lidando com protestos populares em seu país. Portanto, as tensões entre os dois governos provavelmente não diminuirão em breve. A guerra com o Irã afetará centenas de milhões de americanos, iranianos, iraquianos e outros. Isso destruirá a vida de militares e civis. Isso custará aos contribuintes americanos centenas de milhões de dólares. E isso vai agravar o aquecimento global. Essa é a hora de fazer perguntas.

Como vimos no Afeganistão e no Iraque, os arquitetos da guerra com o Irã não serão os que pagarão o preço. Em vez disso, esse custo será pago por soldados e civis, alguns dos quais - como os viajantes em Blaine, Washington - pagarão quando chegarem em casa.

o vale dos cancelados

Uma experiência num lugar onde a criança chora e a mãe não vê

POR MÔNICA DE SOUZA



ERA UM LUGAR MEIO ESCURO, como se nele fizesse noite o dia todo. A sensação que me dava era de que em algum momento algo de terrível iria acontecer comigo. De repente, ouvi um barulho. Olho para trás e não vejo nada. Sigo meu caminho mais assustada do que nunca caminhei na vida. De novo, um barulho. Olho pra trás e não vejo nada. Sigo meu caminho.

É assustador passar por um lugar isolado, escuro e sem nada, nem um boteco. de repente, uma voz chama meu nome e eu grito. Pede calma. Só então eu reconheço meu amigo.

- Por que você está aqui?

- Eu disse que uma pessoa do BBB era forçada.

- Rapaz... As pessoas vêm pra cá por motivos cada vez mais idiotas – eu ri.

Todos que passavam por aquele lugar tinham sido cancelados. Uns me pareciam ter merecido a sina, como o cara que fazia piadinhas machistas quando eu passava. Dei um soco nele e se fez de vítima na hora.

Mas havia algo de errado com muitas das pessoas que eu encontrava naquele lugar. Uns tinham cometido pequenos deslizes, tudo bem se enfurecer com quem faz essas coisas. Outros, no entanto, eu não conseguia entender o que fizeram de errado.

Um deles me contou que foi cancelado porque gostava de assistir SBT. Me contou, meio exacerbado, que não sabia que era proibido. Outro havia sofrido

punição severa por ter reclamado do frio.

- Do frio? – perguntei abismada

- Disseram que eu estava desconsiderando os cachorrinhos que passavam mal por causa do calor.

Todos passavam por uma eternidade de nada, mas sabiam exatamente que caminho fazer. Estavam indo em direção ao tribunal supremo que os julgaria por seus atos. Era minha primeira vez e alguém teve que me apontar o caminho certo. Fiquei mais ansiosa do que em dia de prova – e se meu crime fosse imperdoável? Que leis valem neste universo que não valem no mundo de onde eu vim?

O tribunal ficava a cinco quilômetros de onde eu estava. Na porta, uma placa de 1 milhão de inscritos do YouTube. Tínhamos que entrar em uma sala de espera para sermos julgados. Era como o purgatório.

As vozes que saíam do júri me pareciam familiares. Todos tentavam defender seus casos, mas eram massacrados a cada tentativa. O que assistia SBT foi condenado a assistir Bacurau 11 vezes. O que reclamou do frio era obrigado a sentir eternamente o calor do Rio de Janeiro. Os casos eram aterrorizantes. As penas, duríssimas. Até que finalmente eu fui chamada.

Quem presidia o júri era o Felipe Neto. E ele falava de forma intensa, como num vídeo.

- Olááááá... Qual foi o seu crime?

- Disse que uma participante do BBB

era forçada.

- Era a Manu?

- Era a Marcela.

O júri me fuzilava com o olhar. Uma me chamou de machista. Tentei explicar que era feminista, mas de outra onda, do feminismo socialista, etc. Mas ela me fuzilava.

- Ela escreve em revista de mulher pelada! – ainda bem que o Gui não ouviu isso.

Outros membros do júri, no entanto, me defenderam. Acho que existia ali um limite de tolerância para o clima inquisitorial.

Meu julgamento demorou mais do que os outros. Felipe Neto disparava perguntas, eu respondia amedrontada. O júri reagia de forma extremada, seja pra atacar, seja pra defender.

Por fim, saiu meu veredito:

- Por não demonstrar sororidade com uma participante de reality show de confinamento, você será condenada a assistir o pay-per-view do BBB apenas quando aparecer a Manu Gavassi

- Mas eu não reclamei da...

- REBULIIIIIIÇO

Muito tempo se passou desde que isso aconteceu. Até hoje eu estou aqui no vale assistindo a Manu Gavassi no PPV e eu já não aguento mais! Ela só sabe falar o óbvio sobre a primeira onda do feminismo enquanto passa pano pro Pyong. Uma planta com frases de efeito.

Eita, não era pra falar isso! Vou ser cancelada de novo...

lá se foi minha cadernetinha

Nela, anotava os aniversários dos amigos, amigas. E anotava também a morte de cada um

POR ALBERTO VILLAS



ERA NESSA ÉPOCA DO ANO, meados de dezembro, que eu perambulava pelas papelarias da cidade em busca da mais bonita agenda do ano novo que estava chegando. Era fanático por agendas e todo dezembro escolhia uma diferente. Comecei com aquela da Unicef e fui sofisticando. Já tive agendas com capa de couro, agendas ecológicas, plastificadas, de capa dura, em espiral, todo tipo de agenda.

Escolhia uma, comprava, levava para casa e a primeira coisa que fazia era preencher aquele formulário da página 3. Nome completo, endereço com CEP, telefone, endereço comercial, carteira de identidade, CPF, tipo de sangue, nome do médico, para quem telefonar em caso de urgência, eu preenchia tudo.

Depois, onde estava o dia 1º de janeiro, escrevia em letras garrafais:

Feliz Ano Novo!

Na agenda, anotava tudo, minha vida. Contas pra pagar, os filmes que via, os livros que lia, as reportagens que guardava, os fatos importantes, as viagens, os exames médicos. E também: mandar por meia sola no sapato, comprar presente amigo secreto, ir ao dentista, comprar fita pra máquina, essas obrigações do dia a dia. Ligar pra madrinha, consertar óculos, pagar jornaleiro, caixinha dos porteiros.

Sempre fui louco por papelaria. Era

capaz de passar uma tarde inteira numa, em busca de cadernos descolados, cadernetas de endereço de A a Z, envelopes, post-its, canetas Stabilo Boss, papéis especiais, bloquinhos, etiquetas, colas, pastas, eram tantas coisas que eu até me perdia ali dentro.

A última relíquia que ainda tinha aqui no meu escritório nesse finalzinho de dois mil e dezenove, era uma velha cadernetinha com capa imitando couro, onde anotava os aniversários dos amigos, amigas e muita gente bacana. E anotava também a morte de cada um, quando a hora chegava.

No primeiro dia do ano, quem faz aniversário é o doutor Drauzio Varella e no último, a Rita Lee. Nunca me esqueci. Com um marcador de livro, ia seguindo os dias, uns após os outros, lembrando de cada nascimento, de cada morte.

No dia 16 de agosto, por exemplo, morreu Dorival Caymmi e no dia 10 de março é aniversário da Cristina Serra. Sei que no dia 2 de setembro é Arnaldo Antunes quem faz aniversário e foi no dia 18 de janeiro que morreu o Walmor Chagas.

A caderneta, chamada Nascimentos & Mortes, chegou ao fim desse ano bem estropiada pelo manuseio diário, depois de décadas de bons serviços prestados. As bordas começaram a descascar, as páginas a amarelar, a letra a sumir. Foi

então que resolvi aposentá-la de vez. Mas, antes, passei tudo pro computador.

João Cabral de Melo Neto morreu no dia 9 de outubro e a Zélia Gattai no dia 17 de maio. Tenho anotado os aniversários da Rose Cruz, da Olivia Moss, da Isadora Ferro, da Guta Nascimento, Sandra Espilotro, da Marcia Dal Prete, da Marcia Bindo, da Simonetta Persichetti, gente que vocês nem conhecem.

Tenho anotado o aniversário da Maju Coutinho, da Sandra Annenberg, da Zileide Silva, da Michelle Loreto, amigas do peito.

Até da Yoko Ono eu sei o dia do aniversário: 18 de fevereiro!

Todos os parentes, tios, primos, sobrinhos, netos, irmãos, estão lá. Aqueles que comemoram seus aniversários, os que não gostam de comemorar, aqueles que andam sumidos e os que foram embora para nunca mais. Sei o dia do aniversário de todo mundo.

Mas agora, nunca mais vou abrir, toda manhã, a primeira gaveta à esquerda da minha escrivaninha e consultar a tal cadernetinha velha de guerra. Em 2020 irei direto no computador, no Word, na pasta Nascimentos & Mortes. Daqui pra frente tudo vai ser diferente, como cantava Roberto Carlos, que faz anos no dia 19 de abril.final.



CAIO AUGUSTO S. DOS SANTOS

“A OAB NÃO SE LEVA POR IDEOLOGIAS”

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP) critica a postura do Ministério da Justiça em um cenário de tensão entre a entidade e o governo de Jair Bolsonaro

POR LETÍCIA MORI

NA QUINTA (19), A PEDIDO DO TITULAR DO ministério, o ex-juiz federal Sérgio Moro, a Procuradoria Geral da República (PGR) denunciou o presidente nacional da entidade, Felipe Santa Cruz, por ter dito em julho que o ministro "banca o chefe da quadrilha" ao dizer que tem conhecimento de conversas entre autoridades que não estão sob investigação.

Desde o pronunciamento, a tensão entre Santa Cruz e Moro tem escalado. Na semana passada, o advogado não foi recebido por Moro apesar de diversos pedidos — e o ministro disse que só o receberá caso ele "abandone a postura de militante político-partidário". Santa Cruz respondeu que "é militante mesmo", em defesa das mulheres e negros. A situação culminou na denúncia de Santa Cruz por crime à honra e no pedido de seu afastamento pela PGR na quinta. A OAB é uma entidade privada e o governo não tem poder para fazer a indicação dos seus dirigentes, que são escolhidos pelos advogados associados à entidade.

O presidente da seccional paulista da OAB, Caio Augusto Silva dos Santos, disse que a "dureza de tratamento" pelo governo Bolsonaro atrapalha o diálogo, e que as autoridades têm o dever de ouvir o cidadão e todos aqueles que os representam.

"Atacar a advocacia e os advogados é tentar calar a sociedade", disse ele em entrevista.

Santos também defendeu a postura de Santa Cruz: "A Ordem está cumprindo seu papel quando sai em defesa das mulheres, em defesa das crianças, daquilo que às vezes se denomina de minoria — setores que ainda vivem com vulnerabilidades que não foram corrigidas pelo Estado e que às vezes numericamente são mais representativos do que outras."

LETÍCIA MORI: No momento, há uma tensão entre a OAB e o Ministério da Justiça. Como avalia a situação?

CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS: O governo Bolsonaro acabou tendo alguns diálogos duros com representações importantes da sociedade civil e é isso que anima esses embates, que são um desserviço, sem dúvida alguma, aos direitos de cidadania. Um integrante do poder constituído do governo precisa ouvir a sociedade civil. E ouvir a Ordem dos Advogados do Brasil é fundamental. A Ordem é uma instituição que serve à nação brasileira há muito tempo, tem o seu reconhecimento não só na Lei Federal, mas também na Constituição, que atribui a ela o dever de zelar pelo cumprimento das regras constitucionais. Então já é chegado o momento de restabelecermos o diálogo.

MORI: Essa relação está comprometida?

SANTOS: Não digo comprometida, porque sempre há tempo de construir pontes. Mas a dureza de tratamento por parte do governo, sem compreender os encaminhamentos que os vários setores da sociedade civil têm a apresentar, tem sido muito ruim no restabelecimento do diálogo e na pacificação. As autoridades têm o dever de ouvir o cidadão e todos aqueles que nos representam. Não é a discordância com posicionamentos de integrantes da sociedade civil que podem dar o direito às autoridades de não ouvir a todos. Todos os governos que foram legitimamente eleitos, seja por qual foi a parcela da sociedade brasileira, precisam compreender que o governo há de ser levado adiante em favor de todos.

MORI: Mas como o sr. avalia a atuação do

governo? Ele não está fazendo isso?

SANTOS: Há falta de diálogo. É chegado o momento de deixarmos de lado os extremos para restabelecermos a busca de um caminho comum.

MORI: Nos últimos anos, surgiram vários grupos da advocacia paralelos à OAB que criticam certas posturas em diversos momentos e gestões. A OAB tem perdido representatividade diante desses grupos de advogados se organizando de maneira paralela?

SANTOS: Não. Todas as organizações, associações e entidades merecem o nosso respeito. Algumas delas têm a legitimidade de, em razão de ideologias específicas, serem criadas para o levantamento dessas bandeiras. Mas esse não é o papel da OAB. A Ordem é quem tem a legitimidade de defender as prerrogativas profissionais. Nenhuma outra entidade ou associação tem essa legitimidade legal. A responsabilidade da ordem é outra, é maior. Por isso, a ordem não pode se levar por apenas algumas ideologias.

MORI: Falando em ideologias, o ministro Moro disse que o presidente do conselho federal da Ordem é "militante político-partidário". Santa Cruz respondeu que "é militante mesmo" em defesa das mulheres, dos negros, das minorias.

SANTOS: Há uma diferença grande sob a nossa ótica [entre defender direitos humanos e ser militante político-partidário]. Direitos humanos são conquistas civilizatórias e não permitem mais que se desmereça o valor da mulher na sociedade brasileira. O papel da OAB é sim de sermos defensores dos direitos iguais, para não voltarmos a momentos ruins da história em que a escravidão era considerada adequada, em que se achava que parcelas da sociedade não merecem a mesma atenção que outras.

A Ordem está cumprindo seu papel quando sai em defesa das mulheres, em defesa das crianças, daquilo que às vezes se denomina de minoria — setores que ainda vivem com vulnerabilidades que não foram corrigidas pelo Estado e que às vezes numericamente são mais representativos. É diferente de sustentar partidarismos, radicalismos, ou não compreender que temos o dever de ouvir a todos.

MORI: Falo isso porque alguns setores identificam essas pautas com a esquerda.

SANTOS: São pautas históricas da OAB: as liberdades, a defesa de todas as parcelas vulneráveis da população e da sociedade brasileira. Se a defesa dessas bandeiras implica no recebimento da crítica de que nós estamos defendendo alguma agremiação partidária, desculpe, mas isso não pode fazer com que nós recuemos em relação aos nossos compromissos. Não estamos defendendo nenhum partido, estamos cumprindo nosso papel, que nos exige a responsabilidade e a coragem de exigirmos caminhos às vezes contra majoritários.

MORI: O ministro Moro também já fez críticas de que os advogados fazem um "abuso do direito de defesa". Como sr. enxerga essa visão?

SANTOS: É uma visão absolutamente desfocada.

A autoridade que não compreende o papel da advocacia, que não é outro senão exigir o cumprimento da lei, é a autoridade que está cometendo um verdadeiro crime de lesa à pátria, porque é um crime de desrespeito à cidadania. Mas é preciso deixar claro que a imensa esmagadora maioria das autoridades cumprem o seu papel, respeitando as leis, estabelecendo diálogo — e o fazem de maneira anônima. Com aqueles que se incomodam com o cumprimento da lei nós sempre precisamos ter muito cuidado. Ninguém pode estar acima do bem e do mal. Por isso existe a tripartição de poder, cada qual vivendo de maneira anônima e independente.

MORI: Foi foi isso que aconteceu com o ministro da Justiça?

SANTOS: Quando se nega o diálogo com a advocacia e com a autoridade, eu não tenho dúvidas em dizer que não se compreende o papel de autoridade. O papel da autoridade é ouvir a todos e cumprir a lei. E a lei que não serve mais à sociedade deve ser alterada no campo apropriado, discutida no Legislativo.

MORI: Mas dá para dispensar todas as críticas que o ministro fez à atuação de alguns advogados? Por exemplo, se fala muito do excesso de recursos protelatórios, pedidos de prova que tentam atrasar o processo... Os advogados não têm um papel também na questão da demora nos processos?

SANTOS: O direito de defesa é constitucionalmente garantido não só no nosso país...

MORI: Mas não existe um momento em que há um abuso do direito, como diz o ministro?

SANTOS: Direitos são direitos, e quando exercidos, não podem ser considerados abusos. Aqueles que descumprirem as regras da lei estão cometendo abusos. Se há previsão legal da possibilidade da apresentação de recursos, o problema da morosidade está no tempo em que o poder público está destinando à solução do caso. Todos aqueles que querem impor sua vontade sobre os outros têm como primeiro mecanismo a anulação do direito de defesa. As duas grandes fontes profissionais de manutenção da democracia viva são a advocacia e a imprensa. Em todas as ocasiões em que não se reconhece que a morosidade estatal é o problema e se diz que o problema está na liberdade de imprensa ou no exercício do direito de defesa, nós em vez de curar a doença estamos matando o paciente.

MORI: Como o sr. avalia a atuação do ministro da Justiça como um todo?

SANTOS: Olha, ele tem um período ainda curto de atuação. Essa agudização tem dificultado a relação com os órgãos de representação social, mas como pessoas que acreditamos sempre na possibilidade da reconstrução de caminhos, esperamos que ele posta restabelecer os diálogos.

MORI: Tivemos há pouco a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de que a prisão de antecipação da pena após condenação de 2ª instância é inconstitucional. O que o sr. acha da possibilidade de mudança da questão da prisão após

segunda instância via Legislativo?

SANTOS: Durante muito tempo, se procurou fazer uma leitura da Constituição no sentido de que seria possível, quando do julgamento em segunda instância, fazer o cumprimento antecipado das penas. Coube ao poder Judiciário, representado pelo STF, trazer segurança jurídica à nação e dizer que não é possível fazer uma leitura de um texto claro de uma maneira diversa. Isto é importante para a segurança jurídica.

(Com relação à possibilidade de uma mudança vindo via legislativo) ainda entendemos que os que vão efetivamente corrigir esse problema [da morosidade e da impunidade] é a estruturação do Estado, para que ele aja a tempo e modo devidos.

MORI: Mas não temos um problema com o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o STF funcionando muitas vezes como uma terceira instância?

SANTOS: Não. Nós temos 27 entes federados, cada qual com sua Justiça, mas há um Código de Processo Civil, que precisa ser interpretado por um órgão federal que precisa ser o mesmo para todo país. Nosso sistema nasceu desta maneira. Se queremos mudar todo o sistema é uma discussão que precisa ser feita junto ao Congresso. Mas não se pode dizer que é injusto alguém levar uma discussão ao Supremo, ao STJ, quando quer que esses tribunais digam o direito de uma maneira uniforme em todo o país.

MORI: Como falar em investir no sistema diante de tantas notícias com salários altíssimos de juízes, muito acima do teto, em um momento de crise com cortes em outras áreas?

SANTOS: São coisas diferentes. Todos os poderes precisam cumprir as regras estabelecidas na lei, os respectivos tetos, os limites de vencimentos, de gastos. A outra questão é que, para atuar no tempo e modo devido, nós precisamos de cartórios aparelhados, funcionários em número adequado para atender o cidadão. São duas discussões que não se anulam e que são diferentes.

MORI: Porque às vezes as pessoas têm a opinião de que já vai muito dinheiro para o sistema Judiciário.

SANTOS: Comparativamente aos orçamentos que temos para Executivo e Legislativo, essa não é uma discussão correta de ser feita. É preciso verificar cada função, o tamanho do orçamento que é destinado, para que tenhamos uma discussão qualificada. Não uma que busque culpado ou que estabeleça disputas. É preciso transformar isso em transparência. A OAB-SP procura contribuir nesse sentido, nós levamos as demandas da base ao poder Judiciário, para que processos sejam distribuídos de maneira mais igualitária entre determinadas varas, para que nenhum juiz tenha nem sobrecarga de trabalho nem trabalhe menos.

MORI: Por que a OAB se posiciona contra a análise de contas da entidade pelo TCU (Tribunal de

Contas da União)?

SANTOS: A OAB é transparente, não tem nenhuma resistência para que as pessoas tenham conhecimento de onde emprega seus recursos. Na OAB-SP implantamos um portal da transparência em nossa gestão. Mas sobrevivemos com recursos privados, e não públicos, recursos que pertencem à advocacia, portanto aceitamos dar contas efetivas ao advogado. Não podemos admitir qualquer tentativa de ingerência do poder público sobre nós.

MORI: Falamos desse caso, das críticas do Moro ao presidente... O sr. acha que a OAB está sob ataque no momento?

SANTOS: Vivemos um momento de polarização. E todas as pessoas que polarizam discussões em extremos pretendem atestar sua vontade de toda maneira. E o primeiro passo para atestar sua vontade é fragilizar o direito de defesa. Atacar a imprensa livre, a advocacia e os advogados é tentar calar a sociedade. Mas acreditamos que sempre há tempo de corrigir rumos e entendemos que, se Deus permitir, dentro de um espaço muito curto, nós teremos o restabelecimento do diálogo.

MORI: Como o sr. enxerga a forma como o pacote anti-crime foi aprovado?

SANTOS: O projeto foi apresentado como um projeto de segurança pública, mas a rigor não tinha nenhuma proposta de segurança pública. Não tinha proposta de melhoria das forças públicas, de readaptação das atividades. As propostas implicavam em endurecimento da legislação penal, e a experiência vivenciada pelo mundo é que o endurecimento das penas não reflete em melhores índices de segurança pública. O que faz isso é a presença do poder público no seio da sociedade, é a busca da inteligência, no sentido da descoberta de crimes, da punição daqueles que efetivamente se desviam dos caminhos.

MORI: A Operação Lava Jato, que começou em 2014, passou por um auge de popularidade e no último ano sofreu muitas derrotas e um esfriamento. No ano que vem serão 6 anos de operação. Qual o saldo?

SANTOS: Há pontos positivos e negativos. A Lava Jato propôs o combate à corrupção, que é bandeira comum de todas instituições. É bandeira da advocacia, da OAB, que todos os dias e em todos os rincões do país está a combater mandos e desmandos, e está apresentar inclusive denúncias de autoridades que descumprem o seu papel. Agora, nós não podemos colocar bandeiras acima da lei. Alguns abusos já foram reconhecidos pelo próprio poder Judiciário. Por isso a necessidade de limites ao papel exercido pelas autoridades. Ela não pode estar acima do bem e do mal. É preciso ter limites, é preciso ter controle. (É preciso) combater a impunidade e a corrupção respeitando a lei. **bc**



A photograph of a woman's back and shoulder, showing her blonde hair and bare skin. She is standing in a forest with tall trees and sunlight filtering through the leaves. The ground is covered in brown leaves.

MARIA KN
por **MANDY WU**

solita











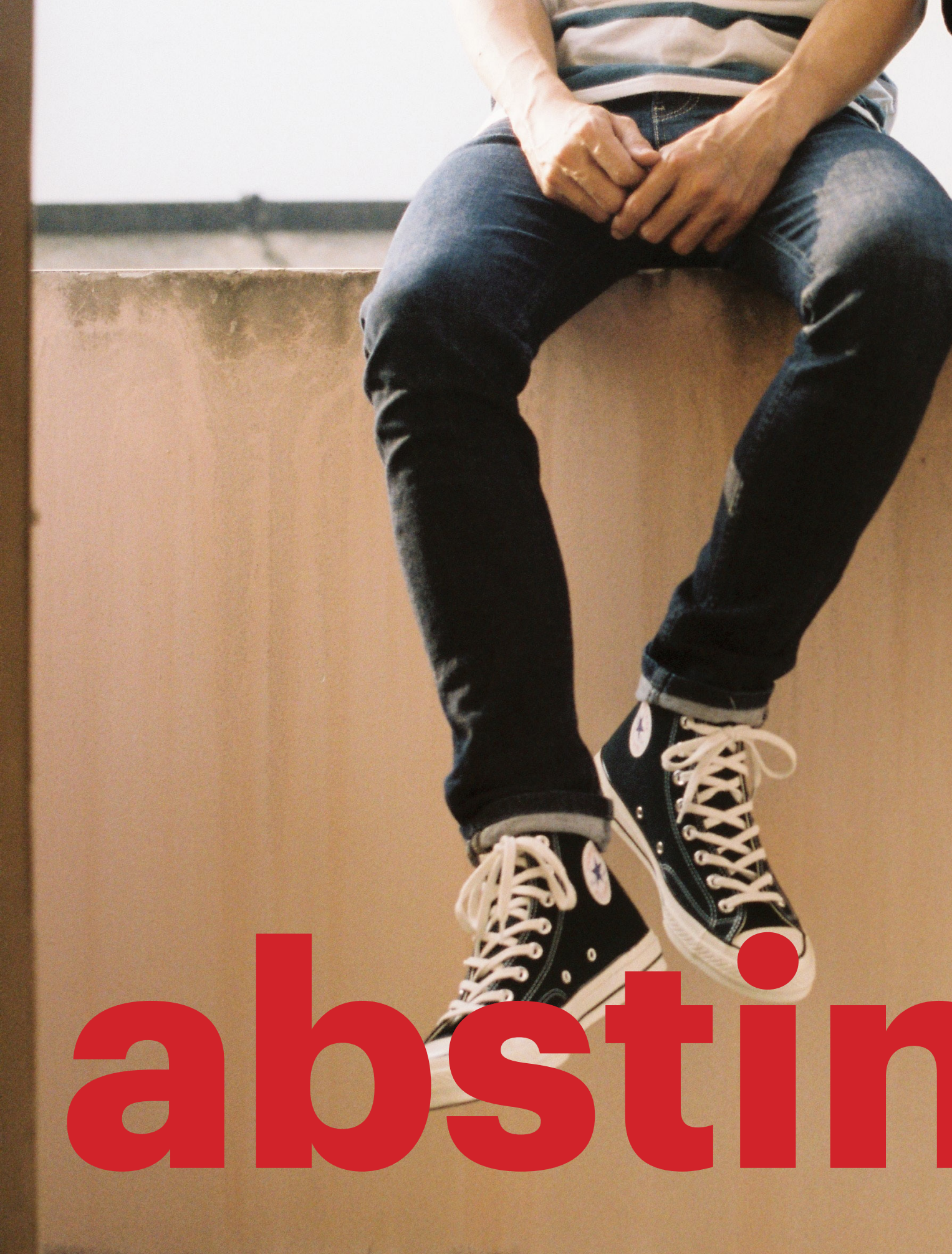













abstin



**Novo carro-chefe de Damares
Alves vem carregado de traços
moralistas na construção de
uma política contra a gravidez na
adolescência**

por GIOVANNA GALVANI

mênencia

Nos acampamentos de jovens organizados pela igreja que frequentava, Aline* sabia que a hora de dormir sempre era alongada em papos privados com as colegas: a sexualidade só

podia ser debatida com as portas fechadas. Foi apenas aos 15 anos que a jovem ouviu uma única missionária falar, pela primeira vez naquele espaço, sobre o uso de preservativo, infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e a culpa em escapar das regras morais impostas pela igreja.

“A gente se sentia à vontade, como se aquela fosse a única oportunidade de perguntar sobre isso. Era o momento que podíamos tirar todas as nossas dúvidas e conversar sobre qualquer coisa”, relata.

Nesse tempo, Aline acreditava que a abstinência de atos e debates sobre a sexualidade era o único jeito de lidar com o assunto. O que foi uma escolha de cunho religioso para ela, agora, vem sendo discutida dentro do governo como uma política pública para tentar reduzir a gravidez na adolescência no País.

A necessidade de pensar uma ação prática para prevenir uma gravidez precoce tem a ver, para a ministra Damares Alves, da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, com o adiamento da vida sexual dos jovens. Falar sobre sexo, dessa maneira, é colocado como um grande risco na vida dos adolescentes – pelo menos é o que mostra a nota de esclarecimento divulgada pelo Ministério.

“A proposta é oferecer informações integrais aos adolescentes para que possam avaliar com responsabilidade as consequências de suas escolhas para o seu projeto de vida”, diz a nota.

Há, de fato, um número incômodo em relação à gravidez na juventude. Segundo um relatório da ONU divulgado em abril de 2019, o Brasil tem a taxa de 62 adolescentes grávidas para cada grupo de mil jovens garotas na faixa etária entre 15 e 19 anos. O índice mundial aponta 44 grávidas para cada grupo de mil.

Em 2019, o Ministério da Saúde realizou um levantamento em todas as redes de ensino pública e privada sobre registro de casos de gravidez em adolescentes escolares. Ao todo, 91.740 escolas responderam e informaram que, em 2018, 65.339 alunas na faixa etária de 10 a 19 anos engravidaram. Os dados foram fornecidos pela pasta a CartaCapital.

Os números são altos, mas as controvérsias surgem, no entanto, quando se afirma que a abstinência seria a única saída para evitar que jovens engravidem cedo. Na visão da política de Damares, falar sobre sexualidade antes dos 14 anos seria uma afronta à lei que determina que manter relações com pessoas mais jovens a essa idade é caracterizado como abuso.

O silêncio imposto ao longo da infância e início da juventude

pode ser danoso para quem deveria ser protegido. É o que pensa Viviana Santiago, uma das coordenadoras de gênero da Plan International, organização que avalia as condições de vida de meninas ao redor do mundo. Ela argumenta que pregar apenas o adiamento da vida sexual não satisfaz as diversas dúvidas que surgem, desde a infância, sobre corpo, privacidade e relacionamento com o outro.

“As pessoas pensam, quando falamos de educação para a sexualidade, que iremos só falar sobre sexo. Na verdade, se trata de responder às perguntas que a idade gera. Para crianças pequenas, é necessário aprender as partes do corpo. Isso não é uma tolice, senão muitas não vão desenvolver o senso do que deve ser privado. É necessário ter um respeito ao desenvolvimento”, afirma Santiago.

Para a professora Cristiane Cabral, que leciona no departamento de Saúde Pública na Universidade de São Paulo, adotar a abstinência como política implica em deixar de desenvolver “habilidades afetivas e emocionais sobre como se relacionar com o próprio corpo, com o ciclo menstrual (para meninas) e com o parceiro”. Mais para a frente, o problema da gravidez esbarra em outro obstáculo: uma gestação indesejada e imprevista, que pode vir em qualquer momento de uma vida sexualmente ativa adulta.

“Se esse jovem tiver com as ferramentas necessárias para uma boa decisão, pode ser com 14, 15, 16, não importa, ele precisa estar preparado. Tem um erro em achar que a idade por si só vai trazer a maturidade e ajudar esse jovem a decidir. Quem faz isso não é a idade, é a educação sexual, e precisa começar o quanto antes”, argumenta Cabral.

Viviana Santiago identifica na política de Damares mais um aspecto de não compreensão da juventude brasileira, que não vem de hoje. “No Brasil, existe uma dificuldade em dialogar sobre adolescência, que é uma fase muito incompreendida principalmente pelos adultos. Ela ou é infantilizada como um tempo de aborrecimento, os “aborrecentes”, ou adultizada. Com isso, vamos contra a tudo que várias pesquisas mostram, que este é um período de desenvolvimento neurológico e biopsicossocial”, argumenta.

O ministério alega que se baseia em estudos científicos com “resultados exitosos” para dar conta das críticas que sofreu em relação à proposta, e nega que ela seja tenha origens religiosas ou de base moral.

A ministra – e pastora – Damares, no entanto, colocou a afirmação em xeque. Nas redes sociais, compartilhou uma publicação de apoio da deputada estadual paulista Janaína Paschoal (PSL), que afirma que gostaria que jovens não fossem “expostos a músicas que despertam o corpo”. Além disso, Damares apresentou poucos estudos de 2005, provenientes da mesma experiência chilena, para embasar a proposta até o momento.

A justificativa moral, para Cristiane Cabral, já é figurinha repetida no tabu da sexualidade no Brasil. Para a professora, o problema não é a abstinência, que pode ser uma opção pessoal perfeitamente razoável, mas o pânico despertado para trilhar um caminho mais restritivo em relação ao debate.

“Lá atrás, já falavam que os bailes incentivavam a sexualidade, que a Xuxa na TV incentivava a sexualidade, coisas assim. A iniciação sexual faz parte do que a gente chama de socialização juvenil, é inevitável. Estamos incorrendo num caminho errado. Como fazer isso de um modo mais coerente e seguro?”, critica.

A proposta de Damares ainda não tem data certa para ser apresentada, mas não deve demorar para aparecer como mais



um capítulo da agenda moralista do governo.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei que determina a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência a partir do dia 1º de fevereiro. Questionado se haveria alguma mobilização especial do Ministério nos dias dedicados à causa por conta das divulgações recentes, o Ministério afirmou que ainda não tinha nada programado para a ocasião, mas negou notícias de que a distribuição de camisinhas para o carnaval seria afetada pela nova política.

Para a professora Cristiane, há uma tentativa de mudar a visão de direitos sexuais e reprodutivos, um termo já demonizado pelo governo. As consequências seriam mais silêncio sobre um assunto já tabu na sociedade. “Quando você coloca a conversa sobre sexo de um modo franco, e não só dentro da família mas também para educadores e no sistema de saúde, existe o aprendizado e a dimensão de um direito”, analisa a professora.

Na visão de Aline, que seguiu a doutrina da igreja até a maioridade, a abstinência aparecia primeiro como uma forma de cuidado que, depois, se transformou em um fardo sem debate sobre o seu peso. Hoje, ela optaria pela conversa com pessoas mais jovens de sua religião para começar a falar sobre o assunto de uma forma mais responsável.

“Eu acho que a solução está na conversa e na liberdade que esses jovens devem ter em falar sobre isso. A abstinência infere em danos psicológicos, de culpa, de gente que acha que Deus vai punir. Há uma hipocrisia muito grande, porque, no final, todo mundo faz e se arrepende”, relata.

**O nome da entrevistada foi alterado para proteger sua identidade. bc*

Pregar apenas o adiamento da vida sexual não satisfaz as diversas dúvidas que surgem sobre corpo, privacidade e relacionamento

O medo do coronavírus levanta a possibilidade de se cancelar o Carnaval. Para especialistas, não há necessidade, mas é preciso se atentar ao avanço da doença

por LUIS BARRUCHO e MATHEUS MAGENTA

A photograph of a woman in a red shirt and red sunglasses playing a brass instrument, likely a tuba or euphonium, at a carnival. She is wearing a red headband and has a focused expression. In the background, other people and a red umbrella are visible. A large black diagonal banner with the word 'cancel' in white is overlaid on the bottom right of the image.

cancel



Clad?

Banzeiro, Lepo-Lepo, Bororó, Dalila, Táquitá e Santinha. Praticamente todos os anos, as músicas mais tocadas no Carnaval da Bahia batizam as viroses que deixam lotados os postos de saúde, após os sete dias oficiais de folia.

Segundo especialistas, a grande aglomeração de pessoas num espaço restrito, junto com alimentação majoritariamente inadequada, desidratação e falta de sono, criam as condições ideais para o alastramento de doenças.

Poderia ser esse o caso do coronavírus? E mais: as autoridades deveriam cancelar o Carnaval neste ano como precaução — mesmo que, por enquanto, não tenha havido confirmação de infectados no Brasil? E outros eventos que atraem multidões como shows e jogos de futebol, também deveriam ser cancelados?

Essas são algumas das perguntas que muitos brasileiros vêm se fazendo nas últimas semanas de olho na folia, que vai até a Quarta-Feira de Cinzas (26/2). Na China, uma das medidas para frear o surto que até a publicação desta reportagem tinha provocado a morte de 490 pessoas, foi o adiamento em todo o país de partidas de futebol e outros eventos esportivos.

A resposta que infectologistas ouvidos pela BBC News Brasil têm dado é que, até agora, nada justifica o cancelamento da folia, mas é preciso ficar atento ao avanço da doença, tanto no Brasil quanto nos países de onde sai a maioria dos turistas.

O surto do novo vírus que começou na cidade chinesa de Wuhan, gerou pânico ao redor do mundo. Até o momento, foram relatados casos de infecção pelo coronavírus em 25 países, com o total de contaminados chegando a 25 mil. Na semana passada, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a doença como emergência de saúde pública global.

Na semana passada, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que não há “nada específico sobre o Carnaval”. Ele garantiu que portos e aeroportos serão monitorados e recomendou “lavar as mãos e evitar compartilhar objetos, como copo e talheres”.

Segundo o Ministério de Saúde, “no momento, não há comprovação que o novo coronavírus esteja circulando no Brasil, portanto não há precauções adicionais recomendadas para o público em geral”.

De acordo com a pasta, é “fake news” que o “Carnaval será porta de entrada para o novo coronavírus”.

Nesta segunda-feira (3), o governo federal anunciou ter decretado situação de emergência, mas disse ter tomado a medida principalmente para lidar com os brasileiros que serão trazidos de Wuhan, epicentro do surto de coronavírus.

Segundo especialistas, qualquer decisão sobre o Carnaval vai depender não apenas da confirmação de casos suspeitos no país — são 13, por enquanto —, mas, principalmente, do alastramento da doença nos países de onde vêm mais turistas ao Brasil para a festa.

“Há uma aglomeração muito grande de pessoas e ao mesmo tempo um afluxo de diferentes localidades, tanto de turismo nacional, quanto internacional. Mas não sabemos qual vai ser esse impacto agora. Tudo vai depender de como a doença vai evoluir”, ressalva Alberto Chebabo, infectologista do Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em entrevista

à BBC News Brasil.

Segundo o Ministério do Turismo, a maioria dos visitantes estrangeiros chega da Argentina, Estados Unidos, Paraguai, Chile, Uruguai, França e Alemanha. A China não está na lista.

Apenas para o Rio de Janeiro, cerca de 1,9 milhão de foliões são esperados. Cerca de 20% deles são estrangeiros.

Nas últimas semanas, países, como Estados Unidos e Austrália, fecharam a fronteiras a estrangeiros que estiveram recentemente na China. O Brasil ainda não tomou decisão a respeito.

O temor com o novo coronavírus, uma doença que afeta o trato respiratório superior, se deve à forma de contágio — e o alto risco associado a ela.

Segundo especialistas, o infectado pode transmitir a doença ainda no período de incubação (de 1 a 14 dias), ou seja, antes de apresentar os sintomas. Além disso, assim como uma gripe comum, o vírus é transmitido pelo ar — basta estar a uma distância de em média três metros para estar passível de contrai-lo.

Ele também é muito contagioso. Seu “número reprodutivo” (para quantas pessoas alguém infectado transmite a doença) varia de 2,2 e 3,3, dependendo da metodologia usada. Em comparação, a gripe comum é de 1,3.

Isso sem falar de que se trata de uma doença nova, sobre a qual se conhece muito pouco, e contra a qual a população não tem imunidade. Tampouco há vacina disponível — ainda que testes já tenham começado.

No caso do Carnaval, a grande aglomeração de pessoas num espaço reduzido, inclusive trocando abraços e beijos, acaba por facilitar o alastramento de qualquer doença.

Na Bahia, desde quando os primeiros afoxés surgiram na virada do século XIX para o XX, para lembrar as tradições culturais africanas, surtos como cólera, varíola e tuberculose pontuaram a festa pagã.

Nas últimas décadas, há uma preocupação constante das autoridades e dos profissionais de saúde durante o Carnaval para evitar a transmissão de doenças, com distribuição maciça de camisinhas e cartilhas informativas.

As principais são as chamadas IST, ou Infecções Sexualmente Transmissíveis, como sífilis, gonorréia, infecção pelo HIV e hepatites virais B e C.

Mas há também recomendações de higiene, hidratação e alimentação para evitar também outras doenças, como conjuntivite, mononucleose, herpes e gripe. Alimentar-se corretamente é importante também para impedir infecções intestinais, comuns nesse período do ano.

E as viroses? Em geral, esse termo é usado de modo genérico por profissionais de saúde para tratar de doenças que ainda não foram diagnosticadas por exames no paciente.

A maioria das viroses envolve infecções respiratórias, como os vírus da gripe e aqueles que causam resfriados. E são transmitidas quase sempre por tosse e espirros, capazes de espalhar gotículas com vírus por até 3 e 9 metros de distância, respectivamente. Mesmo a fala é capaz de espalhar doenças para pessoas a 1 metro de distância, por exemplo.

Mas não é apenas no Carnaval que doenças se espalham.

“Todos os anos, é sabido que há um surto de meningite durante a peregrinação religiosa à Meca (cidade sagrada para os muçulmanos). No ano passado, estima-se que a cidade recebeu 1,7 milhão de estrangeiros. Por isso, recomenda-se tomar a vacina”, diz Rosana Richtmann, infectologista do Instituto Emílio Ribas, em São Paulo.

Os especialistas também lembram que havia diferentes



hipóteses de como o vírus da zika chegou ao Brasil.

Entre as hipóteses consideradas estava a de que o vírus teria entrado no Brasil durante a Copa do Mundo de 2014, trazido por turistas africanos. Outra era de que a introdução teria ocorrido durante o Campeonato Mundial de Canoagem, realizado em agosto de 2014 no Rio de Janeiro, que recebeu competidores de vários países do Pacífico afetados pelo vírus.

No final, um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Pernambuco traçou a rota de chegada do vírus zika, originário da Polinésia Francesa, ao Brasil. Os pesquisadores descobriram que antes ele migrou para a Oceania, depois para a Ilha de Páscoa — de onde foi para a região da América Central e Caribe — e só então chegou ao Brasil, no final de 2013.

Imigrantes ilegais vindos do Haiti e militares brasileiros em missão de paz naquele país poderiam ter trazido o vírus zika para o Brasil.

O alastramento dessa doença levou, inclusive, algumas prefeituras brasileiras a cancelarem o Carnaval alguns anos atrás.

Ainda que o temor com o coronavírus seja justificado, os especialistas afirmam que, segundo os dados atuais, que ele é menos mortal e contagioso do que outras doenças que circulam no Brasil.

Seu índice de mortalidade é inferior, por exemplo, ao do tipo mais grave da dengue (3,8%) ou da febre amarela silvestre (35%).

Além disso, é quatro vezes menos contagioso do que o sarampo. Uma pessoa com sarampo, por exemplo, pode infectar de 12 a 18 pessoas. No ano passado, 16 mil casos da doença foram registrados no Brasil, principalmente em São Paulo e no Paraná.

Em 2016, o Brasil havia sido declarado livre da doença pela Organização Mundial da Saúde. Especialistas acreditam que o surto, que começou em 2018, está ligado, em grande parte, à desinformação gerada pelo movimento antivacina.

“Temos muitos outros problemas de saúde pública, de doenças infecciosas que são imunopreveníveis, diferente do coronavírus. Mas não necessariamente a população adere à precaução”, conclui Richtmann. **bc**

**“Tudo vai
depender de
como a doença vai
evoluir”**



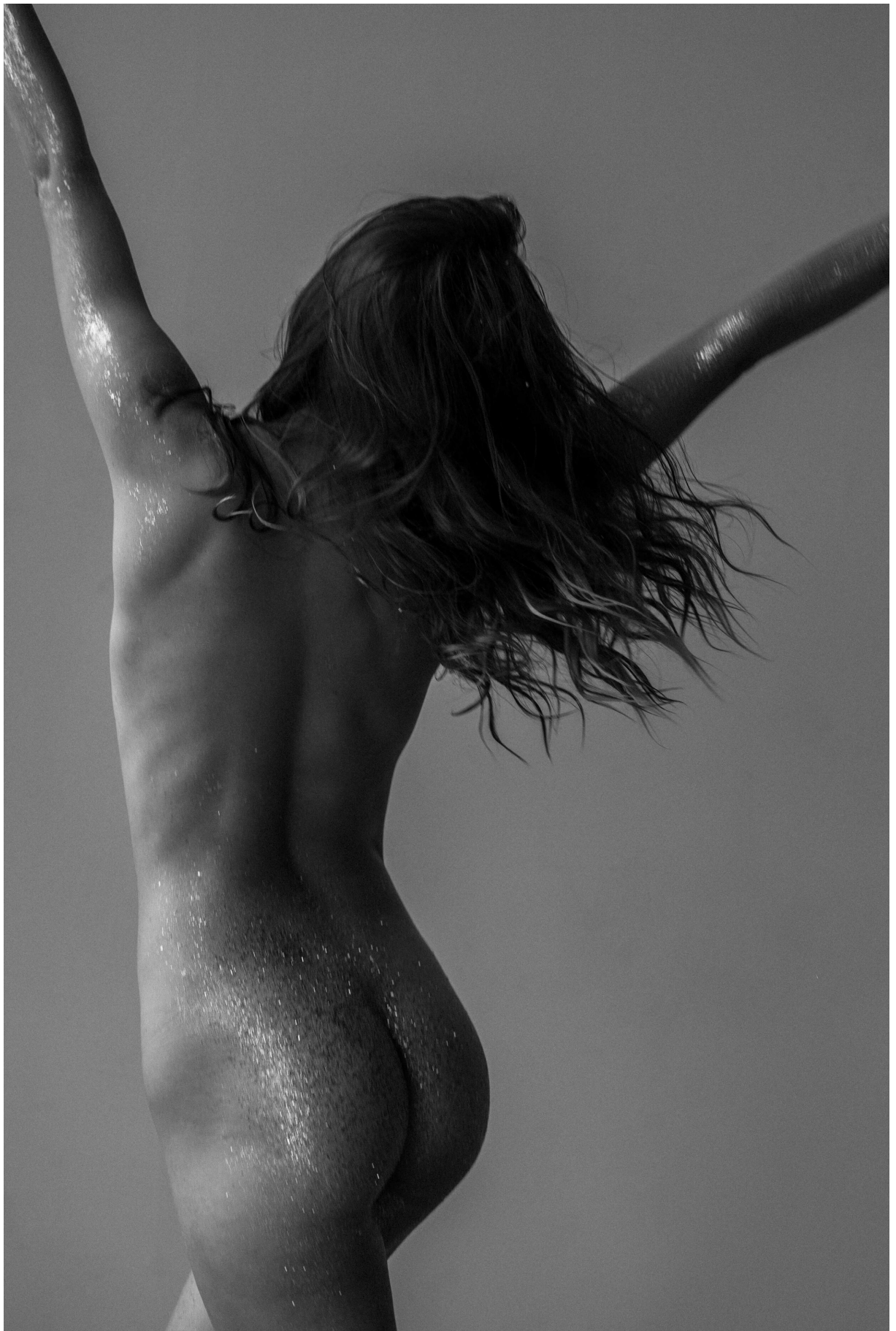
ultran

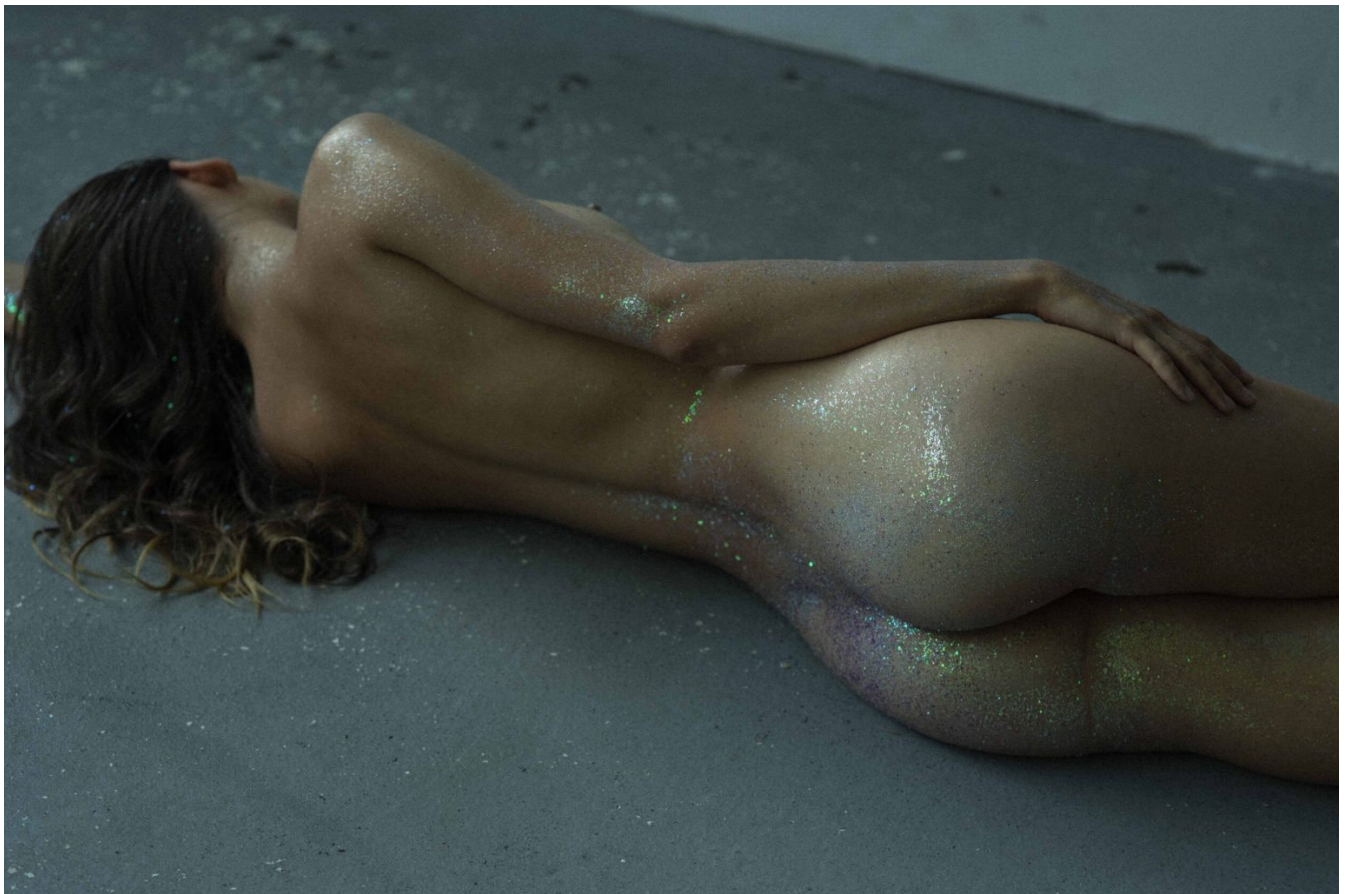
KASIA KMIOTEK
por HELENA BROMBOSZCZ



marina









6 jeitos de fazer 69

Pra você dar uma variada naquela brincadeira de sexo oral

DO EL HOMBRE

POUCOS PRAZERES NESTA VIDA SE comparam ao de fazer sexo oral numa mulher. É uma sensação imbatível. Ou “quase” imbatível, pensando bem, porque receber sexo oral da nossa parceira é igualmente delicioso. Nada melhor, portanto, do que unir essas duas sensações maravilhosas numa única posição, fazendo o bom e velho 69. Mas que tal dar uma variada na brincadeira, com estas 6 possibilidades diferentes dela?

69 Clássico

Na posição clássica, o homem fica deitado na cama de costas, enquanto a mulher se posiciona em cima dele, virada na direção oposta. Quando tudo estiver encaixado, basta colocar a boca (e as

mãos) para trabalhar.

69 Invertido

Uma alternativa simples de fazer é invertendo as posições. Ela fica embaixo e você, em cima.

69 Sentado

Sua parceira é flexível? No sentido literal mesmo? Então vocês podem arriscar na posição sentada, em que você se posiciona sentado e ela se abaixa na sua frente. É importante ajudá-la, com os seus braços, a ficar equilibrada e confortável.

69 Suspenso

Essa aqui não é fácil e você precisa ter

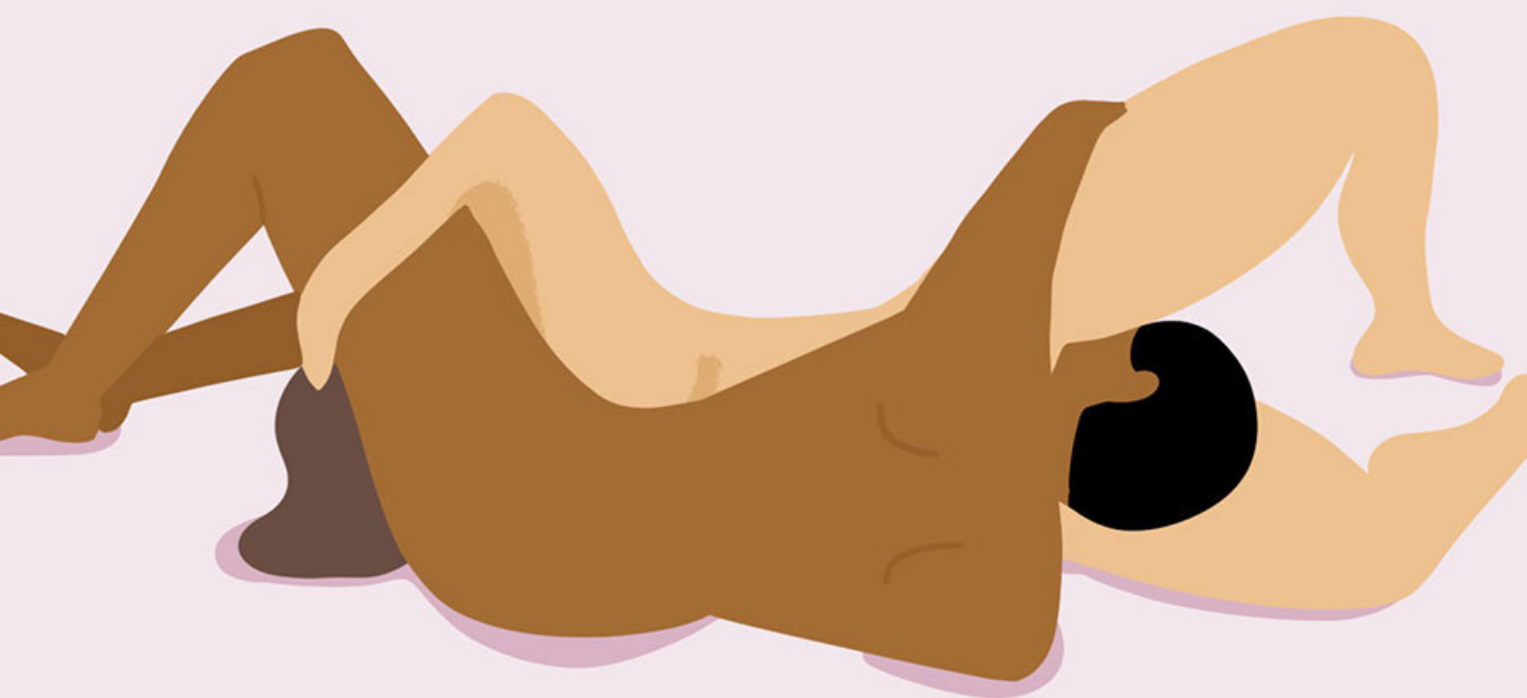
certeza de que aguenta segurá-la no ar, senão a experiência pode virar um acidente. Você fica em pé e a mulher se pendura com as pernas no seu pescoço.

69 Reverso

O reverso é complexo, mas não custa tentar, né? Você fica deitado na cama e sua parceira se ajoelha no seu rosto. Depois ela executa uma “ponte” para trás, fazendo sexo oral praticamente de ponta-cabeça em você.

69 De Ladinho

Para finalizar a lista, eis um modo simples — e delicioso — para realizar: de ladinho. A vantagem é que vocês dois ficam bastante relaxados e confortáveis, permitindo se focar no prazer mútuo.



FALHAS NOS ENEM...



twitter.com/
becoolmagazine

facebook.com/
RevistaBecool

instagram.com/
revistabecool

issuu.com/dddgilvan

archive.org/details/@
dddgilvan

O AQUECIMENTO GLOBAL ACABA COM TODO
O VERDE DO PLANETA. TODO MESMO

